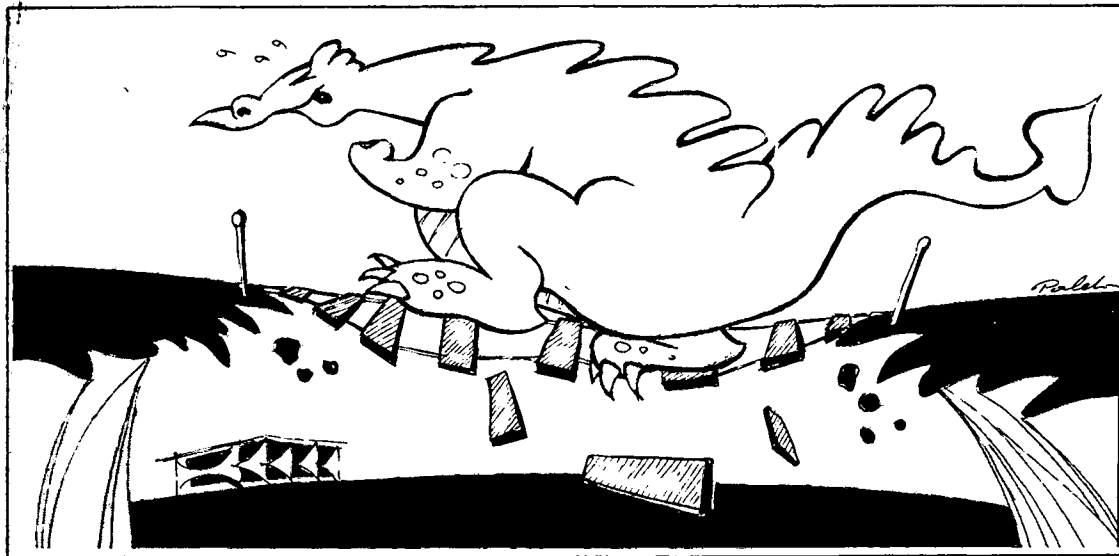


Sarney pode antecipar medidas

OTÁVIO VERÍSSIMO

"O Governo deverá avaliar a conveniência e a oportunidade de introduzir modificações no gerenciamento econômico da transição, assumindo alguns riscos em termos de política antiinflacionária. Deverá ainda renovar o esforço de contenção fiscal e, uma vez definido o pleito eleitoral, procurar a colaboração da nova equipe econômica, visando a garantir apoio para uma execução orçamentária rígida".

A conclusão é do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Instituto de Pesquisas (Inpes) da Seplan, e decorre de avaliações feitas periodicamente e que levam em conta não só as variáveis econômicas, mas seu papel no delicado momento de transição vivido pela nação brasileira. "A escolha acertada entre as alternativas ainda existentes poderá garantir uma transição que minimize o perigo de um descontrole inflacionário e que torne desnecessária uma opção menos recomendável, qual seja, a implementação de um plano de emergência mais abrangente, porém com poucas chances de sucesso", afirmam os técnicos na carta de conjuntura elaborada com base em dados disponíveis até o último dia 22.



Os técnicos do GAC destacam a pouca atenção que tem sido dada às implicações que resultam tanto do atual quadro de indefinição como da efetiva consideração de um horizonte de quatro meses para o melhor desempenho da política econômica nesta fase de transição. Alertam, também, para "dilemas de difícil solução e novos problemas" que, dentro do contexto da política de máxima cautela e mínima inovação, adotada nos últimos meses, passam a adquirir significativa importância.

Essas dificuldades dizem respeito, por exemplo, a uma

correção cambial que, na avaliação dos técnicos, "pode não ser passível de adiamento até a implementação, pelo novo governo, de um programa de estabilização instituído num contexto de expectativas favoráveis e renovada credibilidade". Também são considerados graves os problemas que poderão decorrer da intensificação das pressões sobre o gasto público, "cuja contenção já se afigura problemática e que deverão se exercer por mais um quadrimestre".

Outro ponto considerado pelos técnicos é o fato de o mês de janeiro assinalar a data para o dissídio do funcionalismo

público, o que constituirá tarefa do atual governo administrar reivindicações pautadas em alegadas distorções de salários relativos.

"Nesse contexto", comentam os técnicos, "a política de extrema cautela e mínima inovação que tem pautado as decisões governamentais nos últimos meses e garantido razoável grau de sucesso na administração da crise pode começar a mostrar-se inadequada ou mesmo difícil de ser executada". Para eles, mais grave ainda é o fato de que o timing ótimo para a adoção de algumas medidas corretivas coincidiria com a atual etapa da

transição, que chega a ser considerada a mais nervosa, porém a mais adequada para a mobilização ainda eficaz de alguns instrumentos de política econômica. "A eficácia desses instrumentos tenderá, de fato, a ser erodida com a proximidade da posse do novo Governo e a previsível tentativa dos agentes econômicos de se anteciparem à adoção das prováveis medidas emergenciais", comentam.

Os técnicos do GAC reconhecem que o relativo sucesso da equipe econômica no gerenciamento da primeira etapa do processo deverá contribuir para enfraquecer em parte as pressões políticas visando antecipar a posse do novo Governo. "De fato, garantida a taxa de inflação de novembro em nível pouco superior a 40 por cento e mantida a tensa calma que tem prevalecido nos mercados especulativos, inexistiriam circunstâncias econômicas relevantes capazes de justificar uma mobilização política com esse objetivo", comentam. "Mesmo um hipotético salto inflacionário ao longo do mês de dezembro — mas cuja constatação só seria possível após a proclamação do candidato eleito — seria insuficiente para promover por si só uma mudança no calendário político".